

PLANO ACTIVIDADES 2014

Introdução

O Plano de Actividades para o ano 2014 enquadra-se no Plano Estratégico 2014/2017, bem como nas designadas linhas de prioridade, organizacional, sectorial e transversal, nele consagradas.

Para 2014, a **E&O** propõe-se intervir com propostas que visem a capacitação de pessoas, no âmbito da Economia Social. Todos os projectos em curso e/ou em carteira, supõe aquela componente, entendida como fundamental nos processos ligados ao Desenvolvimento, quer em Portugal, quer nos Países onde a **E&O** tem intervenção.

Propomo-nos ainda continuar todo o trabalho ligado à diversificação das actividade da Associação, procurando divulgar e consolidar a sua imagem junto de potenciais patrocinadores privados e institucionais, em busca de novos públicos, bem como efectuar um trabalho de maior enraizamento junto de entidades privadas e públicas e da sociedade civil da área envolvente, designadamente nos bairros sociais e outras populações socialmente fragilizadas.

Propomo-nos também consolidar os esforços iniciados com vista a reforçar a influência da **E&O** na Plataforma Portuguesa das ONGD e nos Grupos de Trabalho “Educação para o Desenvolvimento”, “Ética” e “AID Watch”.

A prestação de serviços, nomeadamente de consultoria social, de formação e elaboração de projectos replicáveis que possam constituir um retorno financeiro, será uma das vertentes a ter em linha de conta, no sentido de reforçar a capacidade financeira da **E&O**, para a autonomia.

Na linha da consolidação das parcerias, a **E&O** propõe-se continuar a desenvolver uma ampla convergência com a Sociedade Civil, apelando à responsabilidade social corporativa das empresas na consecução dos apoios ao Desenvolvimento. O documento, aprovado pela Direcção Nacional, *Parcerias ONGD / Empresas em Portugal e nos Países em Desenvolvimento*,¹ apela a uma *Intervenção Solidária da Sociedade Civil* e terá desenvolvimento, em 2014, com actividades adequadas.

A consolidação do trabalho desenvolvido, a nível da prospecção de linhas de financiamento nacionais e/ou internacionais, com o suporte de uma base de dados de projectos em carteira, alguns dos quais já com avaliação positiva, fazem prever o êxito do seu financiamento no quadro do programa HORIZON 2020, permitindo em 2014, a execução desses projectos existentes, em vários países.

¹ Consultar documento, página 9

Assim, e na linha dos anos anteriores, propõe-se para 2014:

- Reforçar a organização e formação internas, promovendo uma política de captação de recursos humanos e financeiros
- Promover a prestação de serviços de consultoria social, no sentido de reforçar a autonomia financeira da **E&O**
- Executar os Projectos em curso
- Promover os Projectos em carteira, consolidando consórcios e parcerias com instituições nacionais e internacionais
- Ampliar o trabalho de enraizamento na área envolvente, designadamente nos bairros sociais e outras populações socialmente fragilizadas.
- Aumentar a visibilidade externa da **E&O**, em particular junto do universo IPP bem como de outras academias
- Participar em fóruns de debate nacionais e internacionais, com iniciativas e temas próprios

Desenvolvimento

1. Reforçar a organização e formação internas, promovendo uma política de captação de recursos humanos e financeiros

Actividades:

- Adopção de estratégias de captação de recursos, para:
 - × reforço do serviço de Secretariado de apoio à Direcção, na Sede Nacional, utilizando:
 - × idem, relativamente ao Departamento de Projecto
 - × Estágios curriculares
- Adopção de estratégias de angariação de fundos, diversificação de fontes de financiamento
 - × explorar o mercado de potenciais doadores
 - × promover acções de angariação de fundos: jantares com empresários, venda de obras de arte solidária
 - × criar no sítio institucional da E&O, uma loja 'on-line' de artigos e produtos variados, tais como livros, produtos da agricultura biológica, artesanato e outros, designadamente provenientes de parceiros de outras latitudes, dentro do espírito do comércio justo.
- Dinamização da Gestão de Associados:
 - × actualização da carteira de Associados / reformulação da Base de Dados de Associados
 - × extensão do sistema de débito directo a todas/os Associadas/os
 - × promoção de acções e iniciativas tendentes a captar Associados

- Promoção de acções formativas dirigidas aos colaboradores e Associadas(os) **E&O** em áreas pontualmente consideradas importantes, nomeadamente:
 - × Gestão do Ciclo de Projecto
 - × Avaliação de Projectos

2. Promover a prestação de serviços de consultoria social, no sentido de reforçar a autonomia financeira da E&O

Actividades:

- Promoção de acções e ou cursos para o exterior, a nível do desenvolvimento pessoal, social e profissional para públicos diferenciados:
 - × *Oficina de Fornos Solares*
 - × *Empreendedorismo e Negócios Sociais*
 - × *Financiamento das OSC*
 - × *Gestão de Projectos Sociais de Intervenção*
- Gestão de intervenções formativas de entidades externas, utilizando a qualidade da **E&O**, como Entidade Acreditada para a Formação, pela DGERT
- Promoção de acções direccionadas de Consultoria Social
- Concepção de instrumentos de recolha de dados e posterior tratamento da informação
- Ampliação da Bolsa de Consultores

3. Executar os Projectos em curso

Actividades:

- Promoção de acções e iniciativas relacionadas com a execução física dos Projectos

3.1. Projectos Nacionais

- × *Inter Gera Acção(IGA)*

Promovido pela Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto, do Instituto Politécnico do Porto, foi classificado em 1º lugar no EUROPE FOR CITIZENS PROGRAMME, Action 1 - Active Citizens for Europe, Measure 2.1 "Citizens' projects", sendo o único projeto Português contemplado. Tem orçamento de cerca de 214 mil euros. Pretende contribuir para uma Europa mais inclusiva, estimulando o diálogo e interacção entre cidadãos e instituições europeias no sentido de se encontrarem soluções eficientes e sustentáveis para diversas formas de exclusão social. O IGA representa um exemplo de cooperação entre treze instituições de ensino superior e organizações não governamentais de 7 países europeus: Portugal, Espanha, Itália, Áustria, Polónia, Chipre e Albânia. A E&O, está na génese deste

Projecto. Os Parceiros, para além da E&O são: Escola Superior de Educação (IPP), Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (IPP), Instituto Superior de Engenharia (IPP), Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras (IPP), Associação Nova Aurora Reabilitação e Reintegração Psicossocial (Portugal), Nicolaus Copernicus University in Toruń (Polónia), Tandem Social SCCL (Espanha), AVEC Onlus (Itália), Partners Albania, Center for Change and Conflict Management (Albânia), Ungarischer Schulverein (Austria) e ΠΟΛΙΤΙΣΤΙΚΟ ΚΕΝΤΡΟ ΑΝΑΖΗΤΗΣΗ (Chipre). Termina a 31 Maio 2014.

× *Capacitar para os Pequenos Ofícios (CPO)*

Este Projecto, vencedor do Prémio CEPESA 2012, tem como objectivo geral, promover a inovação social apoiando socialmente uma camada desfavorecida da população. As actividades, maioritariamente executadas já em 2013, focaram-se na capacitação de um grupo de mulheres desempregadas da Freguesia de Paranhos.

Em 2014, serão ainda executadas 2 acções específicas, versando temáticas de Inovação Social (Empreendedorismo e Empresas Sociais) e Microcrédito. Termina a 31 Janeiro 2014.

× *“Habilitar = Desenvolvimento = Sustentabilidade” (HDS)*

Um projecto da Associação Portuguesa de Deficientes (APD), uma Entidade que é Associada **E&O**, desde 2009. Este projecto foi aprovado pelo Concurso CIDADANIA ACTIVA, do Programa EEA GRANTS. O projecto propõe-se contribuir “...para o desenvolvimento sustentável já que visa a igualdade de oportunidade das pessoas com deficiência garantindo que possam participar plenamente no desenvolvimento social e económico do País”. A **E&O** é a única Entidade Parceira e será responsável por 60 (das 70 horas totais) de formação. Termina a 1 Outubro 2014.

3.2. Projectos Internacionais

- × *MAIS FLORESTA*, Benguela, Angola projecto de florestação de zonas rurais da Província de Benguela
- × *INAQUA*, Malange, Angola, projecto de criação de peixe em regime de aquacultura, para a segurança alimentar das populações do Município do Kalandulo, Província de Malange
- × *Formação de Formadores em Fornos Solares*, formação nesta vertente e participação desta tecnologia em projectos integrados, Moçambique e Cabo-Verde
- × Projeto de Moçambique (Centro comunitário de Macia – Gaza)

- × Desenvolvimento de projeto de Unidade de Secagem de peixe com certificação europeia.

4. Promover os Projectos em carteira, consolidando consórcios e parcerias com instituições nacionais e internacionais

Actividades:

- Promoção de iniciativas de empreendedorismo social e negócios sociais em Portugal, a partir de casos identificados, nomeadamente a partir dos resultados do Projecto *Capacitar para Pequenos Ofícios*
- Preparação/implementação de projectos de *Engenharia e Desenvolvimento Sustentável*, nos países de língua portuguesa, com recurso a fontes de financiamento nacionais e/ou internacionais e às parcerias estabelecidas
- Implementação de um *Observatório Económico-Social* : criar condições para a implementação de um projecto de apoio directo às populações, com base num trabalho de consultoria social rigoroso e eficaz.

5. Dinamizar a comunicação interna e externa

Actividades:

- Promover a **E&O**:
 - × criar boletim informativo **E&O**, com regularidade apropriada
 - × inserir notícias da E&O nas publicações institucionais dos parceiros e sócios corporativos
 - × tentar obter a colaboração do gabinete de comunicação social do ISEP para a divulgação de notícias da **E&O**
 - × regularizar a permanência semanal no Facebook
 - × adicionar a loja 'on-line' ao sítio internet da **E&O**
 - × promover a distribuição e comercialização do Documentário "*Viver Ao Sul*"
- Dinamização dos Núcleos de Associadas (os) Norte e Lisboa / Setúbal, com vista a uma progressiva ligação ao trabalho do Departamento de Projecto.

6. Participar em fóruns de debate nacionais e internacionais, com iniciativas e temas próprios

Actividades:

- Reforço da participação nos Grupos de Trabalho da Plataforma Portuguesa das ONGD
 - × "*Educação para o Desenvolvimento*"
 - × "*Ética*"
 - × "*AID Watch*"
- Participação em Seminários, Congressos, Conferências e eventos semelhantes

- Participação em Seminários, Conferências e outros eventos, como autores de trabalhos ou inseridos nas Áreas de Intervenção da **E&O**
- Incentivo à produção de conhecimento:
 - × publicação de literatura produzida em comunicações especializadas, seminários e conferências
 - × apoio à elaboração de teses de mestrado e/ou doutoramento, relacionadas com *Cooperação e Educação para o Desenvolvimento*
 - × apoio à organização de pós-graduações em *Cooperação e Educação para o Desenvolvimento*, nas Instituições de Ensino Superior fundadoras e/ou parceiras da **E&O**.

Anexos ao Plano

Anexo 1

- Orçamento Previsional 2014

Anexo 2

- Documento estratégico *Parcerias ONGD / Empresas em Portugal e nos Países em Desenvolvimento*

Anexo 1

ORÇAMENTO Previsional 2014 – Resumo

Despesa		Receita	
Rubricas	Valores (euro)	Rubricas	Valores (euro)
1. Dívidas	2.190,00	1. Activo Circulante	15.860,00
2. Investimento	2.364,00	2. Vendas	950,00
3. Exploração	38.190,00	3. Prestação de Serviços	37.600,00
4. Custos com Pessoal	19.059,78	4. Subsídios	8.730,00
5. Outros Custos e Perdas	445,00	5. Outros Proveitos Operacionais	8.300,00
6. Custos Financeiros	0,00	6. Proveitos Financeiros	0,00
7. Outros não especificados (Imprevistos)	1.950,00	7. Outros não especificados	0,00
	64.198,78	Totais	71.440,00

Anexo 2

Parcerias ONGD / Empresas em Portugal e nos Países em Desenvolvimento

ENGENHO & OBRA ², Instituto Superior Engenharia Porto (ISEP)

Rua Dr. António Bernardino de Almeida N.º 431 - Sala E202; 4200-072 Porto,

Email: alfredo.soares.ferreira@engenhoeobra.org

Introdução

Num contexto de crise como o que atravessamos, impõe-se uma reflexão sobre perspectivas de colaboração interinstitucional, que possam consubstanciar situações concretas de propostas e projectos de cooperação internacional, tendo em vista o desenvolvimento dos países terceiros, ou em desenvolvimento. Baseamos a análise no conceito de *Cooperação para o Desenvolvimento*, na consecução dos *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio* (ODM), aprovados nas Nações Unidas em Setembro de 2000, pelos chefes de Estado e de Governo de 189 países, incluindo Portugal.

Equaciona-se assim a participação das organizações da sociedade civil (OCS), como actores de desenvolvimento. São comumente designadas de OSC, as entidades da sociedade civil, que actuam em áreas diversificadas, como grupos, redes, fóruns, ONG, ONGD e movimentos sociais, para a defesa de causas, valores e princípios. As empresas não deixam de ser também OCS, num sentido lato, uma vez que se dedicam à criação de valor, nomeadamente valor social. Aliás, um importante fórum internacional de 2011, o IV Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, em Busan (Coreia do Sul), consagrou uma das vertentes de análise às empresas, consideradas como um importante actor de desenvolvimento e de cooperação. As empresas aparecem, assim, como um possível parceiro que pode ajudar a evitar uma duplicação de esforços e contribuir para a eficácia dos projectos de desenvolvimento.

Diversos são os factores que condicionam a ajuda económica externa, designada por Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Esta, como uma forma particular de Cooperação para o Desenvolvimento, tem origem no final dos anos 60, quando é criado o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e que tem como membros os próprios países da OCDE e da União Europeia (UE). Podemos definir

² A "ENGENHO & OBRA", Associação para o Desenvolvimento e Cooperação, é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento - ONGD, associação da sociedade civil, de direito privado e fins não lucrativos, fundada em 2006, no Instituto Superior de Engenharia do Porto, sendo o ISEP uma das Entidades Fundadoras.

ajuda como “o fluxo de recursos patrocinado por um governo, concedido e criteriosa das verbas aplicadas ou a aplicar (*princípio do Accountability*), impõe-se que os programas de ajuda apresentem resultados através da assunção mútua doador-receptor, em termos de concretização dos projectos e da transparência como a ajuda é aplicada. A este princípio devem juntar-se ainda mais quatro: o reconhecimento de que seja o país parceiro a definir a sua própria agenda do desenvolvimento (*princípio da Apropriação*); a articulação dos programas de cooperação dos doadores com as prioridades de desenvolvimento do país parceiro (*princípio do Alinhamento*); a simplificação e a uniformização dos procedimentos da concessão da ajuda, com subsequente diminuição dos custos decorrentes (*princípio da Harmonização*); e finalmente, a gestão e aplicação da ajuda com base nos resultados desejados, utilizando os dados relevantes para melhorar o processo de decisão (*princípio da Gestão centrada nos Resultados*)³.

Para melhorar e/ou aumentar a eficácia da ajuda ao desenvolvimento, impõe-se uma orientação global pelas estratégias e prioridades de desenvolvimento estabelecidas pelos países parceiros e, naturalmente, a selecção das modalidades adequadas e complementares.⁴

Em termos de montantes globais relativos à APD, e citando o caso português, o registo de 2010, aponta os 0,29% do PIB, número por exemplo, inferior aos 0,33% alcançado em 2006 e abaixo do objectivo de canalizar para a APD, 0,7% do PIB em 2015.

Uma Parceria Global para o Desenvolvimento

É um dos objectivos do milénio “*Criar uma Parceria Global para o Desenvolvimento*”. O oitavo ODM aponta, em 3 das Metas, para a cooperação com os países em desenvolvimento, formulando e executando estratégias que permitam a cooperação com o sector privado e desenvolvendo um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório⁵.

A conjuntura actual, baseada na crise do sector financeiro internacional e no ataque à soberania dos países, acarreta uma enorme instabilidade quer nas OSC, quer nos próprios estados que se vêm forçados a diminuir os montantes destinados à APD.

Urge encontrar uma solução. De entre os vários cenários possíveis, emerge a colaboração entre as OSC, nomeadamente entre Empresas e ONGD, para a Cooperação. Pretende-se então, para o

³ Princípios inscritos na “*Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento*”, Fórum de Alto Nível, 28 Fevereiro a 2 Março 2005, Paris

⁴ Idem, *ibidem*.

⁵ O 8º ODM, tem estabelecidas 7 Metas (Metas 12 a 18), in: www.un.org/millenniumgoals

benefício directo ou indirecto das populações locais mais desfavorecidas, *criar condições que, por um lado, favoreçam o reforço da capacidade de intervenção das ONGD, designadamente em captar financiamentos internacionais e diversificar as suas fontes de financiamento e, por outro constituam novas oportunidades de negócio para as Empresas.* [Plataforma ONGD, 2012].

Devem entretanto levar-se em linha de conta algumas premissas que permitirão, de futuro, equacionar a realização das parcerias. Equacionar então o que podem beneficiar as empresas com as parcerias, por um lado e, por outro lado, o que têm a ganhar as ONGD. Partindo sempre, como se tornou claro, que o benefício será sempre em ultima instância, para as populações locais.

O cenário actual de financiamento a projectos internacionais para o desenvolvimento, passa em grande parte dos casos por financiamento directo a projectos e propostas apresentadas por ONGD. Estas estão objectivamente em melhores condições, quer para identificar as linhas mais adequadas, quer em construir propostas concretas para apresentar a essas linhas, quer finalmente por aceder às mesmas linhas, ao contrário das empresas.

O papel das ONGD na parceria será em primeiro lugar o da aproximação a comunidades e autoridades locais. Poderão ainda colaborar com a Empresa na identificação de oportunidades de negócio direccionadas a segmentos das populações excluídos do acesso a produtos e todo o tipo de serviços. Colaboram ainda com a Empresa e as comunidades locais a construir cadeias de valor económico e social que integram essas comunidades nos mercados internacionais de exportação, um contributo para a construção de uma oferta adequada ao respectivo perfil como novos consumidores. Podem ainda as ONGD ajudar os *stakeholders* a prevenir, gerir, mitigar os riscos de impactos negativos e a potenciar os impactos positivos, nomeadamente através de um envolvimento mais próximo com a comunidade e as organizações locais. [Plataforma ONGD, 2012].

O papel das empresas na parceria será a garantia de continuidade, no período pós-projecto, das actividades que constituem o ciclo completo do projecto. Sabido que, em grande parte dos casos, acontecem situações de estrangulamento porque a ONGD “abandonou” o terreno numa altura em que as populações ainda dela necessitavam. Trata-se aqui de assegurar a sustentabilidade do projecto inicial, e garantir a sua durabilidade no tempo. Da mesma forma que as ONGD, as Empresas poderão identificar outras formas de financiamento, nomeadamente sob a forma de investimento sustentável.

O papel das Instituições de Ensino Superior (IES)

As IES desempenham aqui um importante papel, quer do ponto de vista da produção de massa crítica, quer no que reporta à produção e difusão de conhecimento. A intervenção de uma IES num consórcio (nacional ou internacional) pode significar uma valorização de determinado projecto, aportando técnicas e instrumentos de investigação no terreno, para além de poder assegurar uma monitorização e avaliação externa de um projecto.

As IES podem desempenhar um papel decisivo nas áreas específicas, como o sejam a prestação de serviços especializados a empresas, a formação direccionada para o emprego, a valorização das tecnologias, a introdução de sistemas de gestão de conhecimento. A transferência de tecnologia pode apoiar e certificar a inovação, condição fundamental para o sucesso de muitos projectos que implicam diversas áreas do conhecimento, como o são, por exemplo, os das engenharias.

Na última década, as IES têm prestado atenção especial quer à ligação empresarial, quer ainda às questões ligadas à cooperação internacional e, em particular à *Cooperação para o Desenvolvimento*. De salientar por exemplo, o investimento em diversas pós-graduações que, a nível académico se traduzem em mestrados e doutoramentos afins.

colocado à disposição de governos estrangeiros, quer directamente numa base bilateral, quer indirectamente através de organizações multilaterais” [Gomes, D. 2007]. Partindo do pressuposto de que é cada vez mais exigido pelos doadores a garantia de uma aplicação.

O desafio da Inovação Social

Inovação Social acontece quando se encontram novas e melhores respostas para uma determinada necessidade social não satisfeita. Define-se como um *“conjunto de actividades e serviços inovadores motivados pelo objectivo de responder a uma necessidade social, desenvolvidas e difundidas principalmente por organizações cujos principais propósitos são sociais”* [Mulgan G., 2007] ⁶.

A União Europeia incluiu esta temática, no centro da sua estratégia para 2020. Assume-se desta forma a *Inovação Social* como a estratégia mais eficaz para enfrentar os desafios sociais mais urgentes, como o são, as alterações climáticas, a escassez da energia e dos recursos, a saúde e o envelhecimento. A Comissão pretende que a *Inovação Social* se insira no objectivo central de todas as políticas públicas de médio e longo prazo.

⁶ “*Social Innovation: what it is, why it matters, how it can be accelerated*”, Relatório de Mulgan Geoff para a Oxford Business School, 2007 (First published)

Conceitos e exemplos concretos ligados ao empreendedorismo social e empresas sociais, integram respostas possíveis a nível da designada economia social.

Alguns desafios são, a este nível viáveis, e já assumidos por diversas organizações nacionais e internacionais, e que podem englobar nomeadamente: *“Formação para o Empreendedorismo Social (Apoio à criação de empresas locais, com transferência de know-how e de tecnologia/Promoção de projectos com as comunidades de base/gestão inovadora das organizações sociais e facilitação do micro – crédito/Desenvolvimento do papel do voluntariado/Intermediação com o Estado/Promoção de redes internacionais) e Serviço social de apoio às populações Serviço social de apoio às populações”*⁷

Conclusão: uma Intervenção Solidária da Sociedade Civil

Poder dizer-se em resumo que a proposta de parcerias conjuntas pode proporcionar o desenvolvimento de plataformas de disseminação e acesso de todos à informação, ao networking e à colaboração. De ponto de vista social, apela-se à responsabilidade social corporativas das empresas e ao rigor de análise das organizações não-governamentais na consecução dos apoios ao Desenvolvimento. Uma convergência possível e necessária.

Essa convergência marca uma compreensão mútua crescente, tanto na sociedade civil como nos setores público e privado, de que os desafios que enfrentamos não podem ser abordados isoladamente. As fronteiras existentes entre estes sectores tornaram-se crescentemente esbatidas, à medida que ondas sucessivas de pressões sociais se abateram sobre eles, estimulando a evolução das soluções de negócios. Mas mesmo as melhores intenções parecem incapazes de nos fazer mover de uma trajetória de "esgotamento", com o mundo a lutar para controlar questões como o colapso das pescas oceânicas, a perda de espécies ou as alterações climáticas [Elkington J., 2012].

As respostas serão obtidas em redes de parcerias, inter e multidisciplinares e ainda numa perspetiva win-win-win. As palavras-chave deverão ser: colaboração, inclusão, participação, comunicação e acompanhamento.

Propostas para a intervenção:

- Promoção de uma aproximação entre ONGD, Empresas e Associações Empresariais, IES e outras OSC, celebrando protocolos de colaboração que relevem a responsabilidade social

⁷

www.engenhoeobra.org/index.php?lg=1&id=7

corporativa e as parcerias entre Empresas e ONGD, para projectos internacionais, que visem a autonomia das populações, particularmente nos países em desenvolvimento.

- Elaboração de um conjunto de mecanismos e critérios para fazer *benchmarking* das boas práticas em parceria, que permita a sua execução nas diversas fases de implementação de um projecto e/ou intervenção.
- Criação de um laboratório e ideias / grupo de reflexão (*think thank*) que seja capaz de fornecer massa crítica para a produção de instrumentos e assessoria técnica e que aborde nomeadamente, um plano de acção específico e acompanhe os acordos de parceria e coordene a sua execução.
- Implementação de um *mecanismo de apoio à avaliação e Gestão de Risco integrando as várias partes envolvidas e assistir, sempre que necessário ou requerido, os projectos em parceria*.⁸
- Criação de actividades económicas sustentáveis a nível local, que significam em qualquer país actividades geradoras de autoemprego, uma das metas a atingir na maioria dos programas de *Cooperação para o Desenvolvimento* e, que poderá ser, por outro lado, uma meta a atingir também nos programas conjuntos de intervenção pelas parcerias referidas.

Referências

Obras consultadas:

- × ACEP, (2008) “*Guia sobre Responsabilidade Social das Empresa Portuguesas em Países em Desenvolvimento*”, Lisboa
- × Dowbor, Ladislau (2001), “*A Reprodução Social, Tomo I: Tecnologia, Globalização e Governabilidade*”, São Paulo
- × Drayton, W. (2002). “*The citizen sector: becoming as entrepreneurial and competitive as business*”. *California Management Review*, 44(3), 120-132
- × ERIXON, Fredrik, “*Aid and development. Will it work this time?*”, International Policy Network, London,
- × Sachs, Jeffrey (2006), “*O Fim da Pobreza /Como consegui-lo na nossa geração*”, Lisboa, Casa das Letras
- × Plataforma Portuguesa das ONGD, *Documentos de Estratégia 2012*
- × PNUD (2003), “*Relatório de Desenvolvimento Humano*”

⁸

“*Mecanismo de Apoio a Parcerias Internacionais*”, Plataforma Portuguesa das ONGD, Agosto 2012

- × Universidade Autónoma de Lisboa (1997), “*Ajuda Pública ao Desenvolvimento*”, Janus

Websites consultados:

- × hdr.undp.org/reports/global/2003/other_languages.html
- × www.unicef.pt/docs/os_objectivos_de_desenvolvimento_do_milenio.pdf
- × database.jornaldefesa.pt/assuntos_diversos_relacoes_internacionais/A%20Ajuda%20C3%BAblica%20ao%20Desenvolvimento%20Rumo%20C3%A0%20Erradica%3%A7%C3%A3o%20da%20Pobreza.pdf
- × www.oecd.org/dac/aideffectiveness/38604403.pdf
- × www.ipad.mne.gov.pt/CooperacaoDesenvolvimento/AjudaPublicaDesenvolvimento/Paginas/default.aspx
- × www.unicef.pt/docs/os_objectivos_de_desenvolvimento_do_milenio.pdf
- × csis.org/event/care-and-cargill-innovative-ngo-private-sector-partnership-fightglobal-poverty
- × www.intrac.org/data/files/resources/37/Briefing-Paper-1-NGOs-and-the-Private-Sector.pdf
- × www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/b4b-think-big-go-small.pdf
- × www.oxfamblogs.org/fp2p/?p=6030
- × en.wikipedia.org/wiki/Bottom_of_the_pyramid
- × web.undp.org/cpsd/documents/report/english/chapter4.pdf
- × www.odi.org.uk/resources/docs/5936.pdf
- × www.engenhoeobra.org/?id=48

Dezembro 2013